

Antes de negociar, o Brasil faz plano

por Cláudia Sáfetle
de Brasília

O presidente da República, José Sarney, recebeu ontem, em audiência fora da agenda normal, o presidente do Citibank no Brasil, Michael Kelland, que entregou ao presidente uma carta do "chairman" do Citicorp, John Reed. Na carta, Reed explica a Sarney as razões que levaram o Citibank a elevar em US\$ 3 bilhões as reservas de créditos soberanos do banco, para fazer frente a prejuízos causados, inclusive, pela suspensão dos pagamentos de juros da dívida externa, pelo governo brasileiro, há noventa dias.

Na conversa com Kelland, Sarney "anotou" a preocupação do maior credor individual da dívida externa brasileira, segundo um assessor do Palácio do Planalto, e ressaltou a posição brasileira de não se antecipar na negociação com os credores privados internacionais até que o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, implemente um plano de ajuste para a economia, internamente.

ANIMO

Pelo menos duas notícias acalmaram os ânimos dos credores internacionais, nos últimos dias, segundo avaliações de assessores do presidente Sarney e de fontes da área econômica: a definição de Sarney em torno de um mandato de cinco anos, "bem recebida no meio financeiro internacional", e a ida de Bresser Pereira para o Ministério da Fazenda, que "distendeu" as relações entre governo brasileiro e credores internacionais, a despeito do agravamento da crise econômica dentro do País.

Antes de completar um projeto de negociação da dívida externa, o ministro da Fazenda está trabalhando

na elaboração de um plano econômico para os próximos quatro anos, a partir de uma expectativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), de 4 a 4,5% neste ano (e não mais 3,5% que passa a ser a projeção de crescimento do produto industrial) e uma taxa de 6 a 7% nos anos seguintes.

CONSISTÊNCIA

Este programa, que o ministro chama de "plano de consistência macroeconômica", ainda está na fase de levantamento de dados, que envolvem a projeção de consumo e demanda, saldo comercial com o exterior, necessidade de crescimento da poupança interna e necessidade de recursos externos para financiamento dos investimentos nesse período de quatro anos.

O déficit operacional do setor público (que mede a necessidade de financiamento do setor não financeiro, exceto as correções monetária e cambial) projetado para este ano anda por volta de 3 a 4%, se tudo permanecer como está com os gastos em subsídios e incentivos inalterados. Como ressaltou um qualificado assessor do ministro da Fazenda, a diferença entre a carga tributária bruta e a carga tributária líquida (excluída dos incentivos fiscais) é muito alta, o que mostra que o País paga muito pouco em impostos. Enquanto a carga bruta é de algo próximo a 22% do PIB, a líquida está em cerca de 11%.

POUPANÇA

A poupança interna, que no ano passado, segundo dados do IBGE, cresceu para 19,6% do PIB, neste ano deve apresentar uma queda sensível e, para financiar o crescimento dos próximos anos, ela deveria estabelecer-se num patamar

de 22 a 23% do PIB, o que ainda demandará um ingresso significativo de poupança externa.

Este plano, que está sendo discutido entre os técnicos do Ministério da Fazenda, da Seplan e do Banco Central, se conjugará com as medidas que o ministro da Fazenda pretende implementar para obter as metas de déficit para o setor público e de crédito interno líquido para este ano, juntamente com a redução da taxa de inflação.

A idéia que prevalece no Ministério da Fazenda, no momento, é de uma redução gradual da inflação ao longo ao ano. Para efeito de cálculo das metas orçamentárias, o governo está trabalhando com uma taxa

de inflação acumulada da ordem de 200%. Sabe-se que em maio a variação de preços será superior aos 20,9% registrados em abril, mas a tendência é de que a partir de junho a inflação comece a ceder aos poucos. Do comportamento dos

preços em maio dependerá a intensidade das medidas de combate à inflação a partir do mês de junho, quando o plano macroeconômico de Bresser Pereira estará concluído e debatido, para ser apresentado aos credores privados in-

ternacionais, ao FMI e ao Banco Mundial (BIRD).

Duas políticas, segundo assessores qualificados do ministro, permanecerão inalteradas: a de minidesvalorização diária do câmbio e a regra de reajuste salarial pelo gatilho.